

GEOCIÊNCIAS

NOVEMBRO / 2001

6

CADERNOS DE

- Homenagem ao Professor Milton Santos
- Artigos
- Resumos de Dissertações de Mestrado



INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS-UFBA

CADERNOS DE
GEOCIÊNCIAS

NOVEMBRO / 2001 - Nº 6



INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

NOTA DO CONSELHO EDITORIAL

Os trabalhos publicados podem ser reproduzidos, no todo ou em parte, com a condição de serem acompanhados do nome do autor, do registro "Reprodução dos CADERNOS DE GEOCIÊNCIAS" e indicação da data. Três cópias deverão ser enviadas ao Instituto de Geociências.

Os trabalhos publicados nos CADERNOS DE GEOCIÊNCIAS são de inteira responsabilidade dos autores e não exprimem necessariamente a opinião do Instituto de Geociências ou do Conselho Editorial.

Cadernos de Geociências / Instituto de Geociências da
Universidade da Bahia - Vol. I nº 1 (jan. 1992); nº 2
(mai. 1992); nº 3 (dez. 1992); nº 4 (nov. 1993); nº 5
(nov. 1996); nº 6 (nov. 2001)
Salvador; GEO, UFBA. 2001
212 p. il.; 22cm

ISSN 0104-2327

I. Geociências - Periódicos I. Universidade Federal da Bahia.
Instituto de Geociências

CDU 55:91(05)

Tiragem: 1000 exemplares

Rua Barão de Geremoabo, s/nº
Campus Universitário de Ondina
40.170.290 - Salvador - Bahia
Tels.: 247-2566* - 247-2775*
Fax: (071) 247-2486

Editorial

Com o aprofundamento da crise financeira a que têm sido submetidas as instituições federais brasileiras de ensino superior nos últimos cinco anos, ficou inviabilizada a continuidade da publicação desta Revista. Cabe registrar que durante este intervalo de tempo, foram feitas várias tentativas de voltar a publicar nossa Revista, o que só agora tornou-se possível. Daí nossa grande satisfação com a publicação do sexto volume dos "Cadernos de Geociências".

A partir deste volume, os editores decidiram aceitar alguns trabalhos científicos mais aprofundados, sem no entanto alterar substancialmente o caráter original da Revista, como instrumento de divulgação de reflexões e idéias relacionadas ao campo das Geociências. Dentro desta nova perspectiva, o leitor notará a inclusão de uma nova seção, constando de resumos das Dissertações e Teses defendidas nos diversos Cursos de Pós-Graduação do Instituto de Geociências da UFBA.

Iniciando esta edição, não poderíamos deixar de prestar uma Homenagem especial ao Dr. MILTON SANTOS, professor do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências da UFBA e da USP, recentemente falecido. Foi professor em várias universidades estrangeiras, escreveu mais de 50 livros e recebeu mais de 20 títulos de Doutor Honoris Causa. Por sua atuação e realizações foi sem dúvida o mais importante geógrafo-filósofo brasileiro contemporâneo e um intelectual respeitado em todo o mundo.

Não podemos deixar de registrar que a retomada da publicação dos CADERNOS DE GEOCIÊNCIAS só foi possível graças ao esforço coletivo dos Editores e do Conselho Editorial em conjunto com o apoio decisivo da Companhia Bahiana de Pesquisa Mineral - CBPM, da Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração do Governo do Estado da Bahia. Por último, queremos assinalar que estamos resgatando uma grande dívida para com alguns dos autores que colaboraram com esta edição, cujos trabalhos esperaram tanto tempo para sua publicação.

Novembro, 2001

Francisco José Gomes Mesquita Osmário Rezende Leite
Editores Responsáveis

EDITORES RESPONSÁVEIS

Francisco José Gomes Mesquita
Osmário Rezende Leite

EDITOR EXECUTIVO

Teodora M^a Conceição Rocha

CONSELHO EDITORIAL

Amalvina Costa Barbosa
Dária M^a Cardoso Nascimento
Délío José Ferraz Pinheiro
Ilson Guimarães Carvalho
Joil José Celino
Maria Auxiliadora da Silva
Maria José Marinho Rêgo
Neyde M^a Santos Gonçalves
Pascal Jean Michel Motti
Sylvio Bandeira de Mello e Silva
Wilson Mouzar Figueiró

CONSULTORIA "AD HOC"

Herbert Conceição
Angela Beatriz de Menezes Leal

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO

Helida Rocha Conceição

IMPRESSÃO

PRESSCOLOR Gráficos Especializados Ltda.

SUMÁRIO

HOMENAGEM

Milton Santos

Maria Auxiliadora da Silva

11

ARTIGOS

- **A Geografia através da Literatura: duas abordagens do Romance "Corta Braço"** 27
Amenair Moreira Silva, Ednúsia .M.C. Santos e Sandra Regina Martins
- **A importância das Controvérsias Geológicas no Ensino de Geologia: exemplo do Modelo Fixista à Tectônica de Placas** 41
Joil José Celino e Osmário Rezende Leite
- **E qual o lugar da Geografia Regional no contexto atual da Geografia?** 59
Angelo Serpa
- **Mundialização Soteropolitana: Turismo, Carnaval e Venda da Cidade** 81
Clímaco Dias
- **Petrologia e Mineraloquímica dos Granitóides Peraluminosos com Cordierita no Extremo Sul da Bahia** 99
Joil José Celino e Nilson Francisquini Botelho
- **Reforma Agrária: Ações Públicas e Movimentos Sociais** 133
Guiomar I. Germani
- **Transformações das Composições Químicas dos Minerais nas Rochas da Interface Anortosito/Dolerito do Maciço Anortosítico de Potiraguá, Bahia** 145
Bordini, R.M., Cruz, M.J.M, Merlet, C.
- **Uma Análise Geográfica na Literatura Amadiana: o Romance Mar Morto e a Geografia Humanística** 157
Margarete Rodrigues Neves Oliveira, M^a Madalena Noronha e Alesselma Pereira
- **Atenuação de Múltiplas do Fundo do Mar e Migração Pré-empilhamento no Domínio das Ondas Planas.** 165
João Roberto Simões Bezerra dos Santos

•Aplicação da Coerência Sísmica à Detecção de Feições Estratigráficas e Estruturais <i>Raul Dias Damasceno</i>	167	•Batólito Trondhjemítico de Nordestina: Geologia, Petrografia e Litogeoquímica de uma Intrusão Paleoproterozóica <i>Basílio Elesbão da Cruz Filho</i>	193
•Inversão Híbrida de Dados Sísmicos <i>Vânia Lúcia de Albuquerque Machado</i>	169	•Estudo Geoquímico do Cobre na Coluna D'Água da Região Oceânica Brasileira, Cadeia Vitória – Trindade. <i>Carlos Roberto Santos Silva</i>	195
•Conversão tempo-profundidade utilizando Imageamento tipo Kirchhoff <i>Neiva Terezinha Zago</i>	171	•Avaliação de Impactos da Agricultura Intensiva Irrigada sobre as Propriedades Físicas e Químicas de Solos da Microrregião de Irecê-Bahia. <i>Antônio Mário Reis de Azevedo Coutinho</i>	197
•Cidade Alta em Alta? Circuitos e Cenários das Dimâmicas Comerciais do Centro Velho de Salvador <i>Noorma Maria Heinonen</i>	173	Caracterização Geoquímica do Manguezal da Região Estuarina do Rio Sauípe, Litoral Norte da Bahia <i>Daniela Reitermajer</i>	199
•A Questão dos Meninos/as de Rua no Brasil e em Salvador: uma Análise Sócio-histórica e Territorial <i>Carlos José de Almeida Santana</i>	175	•O Maciço Anortosítico de Carapussê, Itamarí – Bahia <i>Eron Pires Macêdo.</i>	201
•Impacto da Modernização da Agricultura no Oeste Baiano: Repercurssão no Espaço do Cerrado a partir da Década de 80 <i>Clóvis Caribé Menezes dos Santos</i>	177	•Dinâmica Geoquímica de Metais no Manguezal e sua Interação com o Molusco Bivalve <i>Anomalocardia</i> Brasileira na Bahia de Camamu: Subsídios a um Programa de Monitoramento Relacionado a Organismos Comestíveis Provenientes de Zonas de Manguezal do Estado da Bahia – Brasil. <i>Jefferson Cerqueira Viana</i>	203
No Limiar da Praça - uma Forma de redescobrir Salvador <i>Marlene Pires D'Aragão Carneiro</i>	179	•Caracterização Biogeoquímica dos Manguezais do Estuário do Rio Joanes - Lauro de Freitas - Bahia. <i>Maria do Carmo Filardi Barbosa</i>	205
•Territorialidade da Universidade do Estado da Bahia - UNEB no Espaço Baiano: uma análise geográfica da UNEB em Santo Antonio de Jesus <i>Sonia Marise Rodrigues Pereira Tomazoni</i>	181	•Geomorfologia e Meio Ambiente em Região Tropical Semi-Árida Município de Araci – Bahia. <i>Rita de Cássia Ferreira Hagge</i>	207
•O Centro Histórico de Salvador e os Discursos para a Montagem dos Cenários <i>Tania Regina Santos Braga</i>	183	•Influência do Enxofre na Fisiologia de <i>Mangifera Indica</i> L. cv. Espada em Áreas de Solos Contaminados pela Poluição Área na Região do Pólo Petroquímico de Camaçari-Bahia. <i>Vanusa Sousa Almeida</i>	209
•Petrografia, Litogeoquímica e Idade do Magmatismo Alcalino Metaluminoso a Peraluminoso Tardio da Parte Sudoeste do Núcleo Serrinha (Bahia): Granitos tipo Morro do Lopes <i>Adriana Almeida de Peixoto</i>	185	Normas Editoriais	211
•Estudo Geoquímico em Sedimentos do Trecho do Oceano Atlântico de Salvador (Bahia) e Cabo de São Tomé (Rio de Janeiro) <i>Astério Ribeiro Pessoa Neto</i>	187		
•Diagnóstico Geoambiental de zonas de Manguezal do Estuário do Rio Itanhém, Município de Alcobaça - Região Extremo Sul do Estado da Bahia <i>Bárbara Rosemar Nascimento de Araújo</i>	189		

Reforma Agrária: Ações Públicas e Movimentos Sociais

Guiomar I. Germani*

Introdução

Este texto serviu de base para a participação, como expositora, no XXº Encontro Nacional de Geografia, realizado em julho de 1998, em Vitória da Conquista (BA)¹.

A organização desse Encontro e, em especial, o coordenador da mesa, teve a sensibilidade em convidar para compô-la não só quem estuda o tema mas representante dos que, diretamente, constróem o tema na realidade. Foi uma composição de mesa que comprovou o reconhecimento da atuação dos movimentos sociais – e, no caso, do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST, que passam a ocupar, também, o espaço da academia, não só através de inúmeros trabalhos de teses e pesquisas que têm a Reforma Agrária e os Movimentos Sociais como tema, mas com sua presença no debate acadêmico. Oportunidade em que se pode avaliar se o que se está produzindo, a nível acadêmico, corresponde à realidade.

Oportunidade, também, de trazer para discussão algumas questões com que, particularmente, venho trabalhando e que acredito interessar diretamente aos profissionais da Geografia. Digo isto, não no sentido de limitar o olhar ao nosso umbigo, mas, ao contrário, para evidenciar no tema sua dimensão espacial, por reconhecer que a Reforma Agrária é

* Professora do Departamento de Geografia e do Mestrado em Geografia, Instituto de Geociências, UFBA.

¹ Apresentado na mesa redonda "Reforma Agrária: Ações Públicas e Movimentos Sociais" sob a coordenação de Bernardo Mançano, e, além da autora, foi composta por Wilton Cunha (UESB), Paulo Roberto Alentejano (UFRJ), José Rainha Junior (MST).

construída no embate de forças e de interesses antagônicos, por isso mesmo cheia de avanços e recuos. Embora sacramentada pela lei maior do País, hoje, o instrumento mais eficaz da Reforma Agrária é a pressão organizada dos movimentos sociais. E, se queremos compreender esta relação, temos não só de debruçar-nos sobre os livros mas, principalmente, sobre uma realidade dinâmica à qual estamos visceralmente ligados.

Fica evidente que a realização de uma Reforma Agrária vem sempre revestida de um cunho eminentemente político. O tema implica questões técnicas e sócio-econômicas, porém a decisão política é, sem dúvida, o fator determinante e por isso, quiçá, o mais difícil de transpor. Não deve ser somente a reivindicação de uma classe, mas o desejo de uma parte significativa da sociedade para poder tornar-se realidade ante a força dos que a ela se opõem. É esta compreensão do tema que coloca os profissionais da Geografia como coadjuvantes deste capítulo da história, por nossos atos ou por nossas omissões.

Há algum tempo venho acompanhando e analisando a atuação do Estado com relação a sua política agrária, em especial, à realização de assentamentos de população na área rural. Ultimamente, coordeno um projeto de pesquisa sobre a *Geografia dos Assentamentos na Área Rural*, tendo como referência os projetos de Reforma Agrária realizados no Estado da Bahia. O que trago aqui não são conclusões mas questões preliminares que estão surgindo ao longo dessa investigação e tornando-se, cada vez mais claras, à medida que vamos nos aprofundando no tema.

A elaboração deste texto enfoca a relação entre as ações públicas e os movimentos sociais. Primeiro, mostrando como a pressão dos movimentos sociais, em um novo contexto, altera a atuação do Estado, com relação a sua política agrária. E, em seguida, mostrando como isto influi na espacialidade das ações da Reforma Agrária, tanto com relação a sua distribuição no território como na organização espacial interna dos projetos de assentamentos.

A política agrária e os movimentos sociais

Tive como referência inicial o geógrafo espanhol Nicolás Ortega que, estudando as políticas agrárias e a dominação do espaço, afirma que o Estado atua através de sua política agrária, propondo e potenciando uma verdadeira estratégia de produção do espaço, o que transforma o Estado num importante protagonista deste processo, como responsável pelas intervenções no espaço (ORTEGA, 1979).

Ao concordar com esse autor e buscando entender a atuação do Estado brasileiro com relação à sua política agrária cabe perguntar: qual é a estratégia de produção do espaço que se consegue ler na atuação do Estado, através de sua política agrária, nestes últimos períodos?

Para precisar esta questão, faz-se necessário voltar um pouco no tempo, a um passado não muito distante, em 1964, pós-golpe militar, quando o que predominava com relação à política de terras eram os grandes projetos de colonização. Naquele período, a política de colonização dirigida pelo Estado caracterizou-se por ser não apenas uma estratégia contra a Reforma Agrária, cuja reivindicação continuava latente em parcela da sociedade brasileira, como também uma tentativa de “impedir” e “ordenar” uma Reforma Agrária “espontânea” que estava ocorrendo em áreas menos povoadas, como que se reeditando a “Lei de Posses”.²

Embora tenha havido projetos de colonização dirigida em vários estados do País, estes só ocorriam para aliviar as tensões sociais e só eram realizados pela agudização dos conflitos pela terra. A estratégia do Estado, naquele período, concentrou sua atuação no norte do País, lugar que, naquele tempo, era longe, muito longe do litoral e dos centros de decisões políticas, abrindo novas fronteiras de ocupação do território brasileiro. Os projetos de colonização dirigida eram realizados longe dos centros urbanos, sem possibilidade de articulação com o mercado, e, neles, não aparecia a preocupação com a viabilidade do empreendimento.

A organização espacial dos projetos era imposta pelos técnicos, predominando a distribuição de lotes individuais, num sistema linear e simétrico, o que impunha, também, uma forma individual de organização da produção. O projeto não era pensado como um todo, mas como uma somatória de unidades familiares, cada uma com um projeto individual a ser realizado numa parcela de terra.

Normalmente, a implantação destes projetos implicava em grandes deslocamentos de população, redirecionando, inclusive, os fluxos tradicionais de migração interna. A capacidade de conhecer e adaptar-se às novas condições passa a ser um elemento limitante e definidor dos resultados do projeto. Mas isto não acontecia por incapacidade técnica ou falta de visão dos então responsáveis pela política agrária e, sim, porque o objetivo principal da política agrária, naquele momento, não era o de promover mudanças na distribuição de terras, mas o de eliminar os focos de tensão e de conflitos agrários onde eles aconteciam – dos quais a repressão do regime militar não conseguia dar conta de debelar – e transportá-los para bem longe onde era difícil ser notícia ou incomodar.

Esta política encontrava respaldo na ideologia da Escola Superior de Guerra, em sua preocupação estratégica de ocupar os espaços vazios, viabilizada mediante a política de integração da Amazônia, atendendo, assim, a objetivos geopolíticos. Este era um dos eixos da estratégia da produção

² Forma de acesso à terra garantida pela ocupação. A Lei de Posses foi o regime reconhecido no Brasil, no período de 1822 até a aprovação de Lei de Terras, em 1850.

do espaço levada a cabo pelo Estado militar. Mas havia outra carta escondida no bolso dos uniformes: é que, além de transferir os focos de tensão agrária para longe, previa-se que os homens sem terra “amansassem” as terras novas e que estes depois ficassem disponíveis para trabalhar para os outros homens, que viriam com o capital, para implantar os grandes projetos agropecuários, em sua grande maioria financiados pelo Estado.

Ocorre que, na história dos povos quando uns homens fazem planos para os outros cumprirem, as coisas nem sempre acontecem conforme o planejado. Assim, se alguns homens têm o poder de fazer planos para os outros, estes outros têm, também, o poder de mudar as previsões projetadas nos planos, alterando-os e trazendo novos elementos. Isto para o planejador “tecnoburocrata” passa a ser tratado como “problema”, mas, visto de outro ângulo, assume a conotação de esperança na transformação e na mudança.

E assim aconteceu, pois nas terras “imaginadas” vazias tinham muitas populações não consideradas: os índios, os seringueiros, os castanheiros, os ribeirinhos... E os homens que foram levados para “amansar” a terra eram muitos, muito além do necessário para trabalhar nos projetos agropecuários que se instalaram na região. O que antes havia sido pensado como uma “solução” virou um “problema” e, rapidamente, o mapa dos focos de tensão e de conflitos na luta pela terra, antes restrito às terras mais densamente ocupadas ou apropriadas, passa a ser registrado em todo o território nacional.³

Ao mesmo tempo, para viabilizar esta estratégia de ocupação dos vazios e de integração do território nacional, é construído um sistema de comunicações e de transportes necessários à mobilidade do capital e das mercadorias. Mas um caminho, normalmente, sempre tem duas vias. Estes caminhos abertos facilitaram a mobilidade não apenas das pessoas, como também de notícias e, ainda, de idéias. Apesar das especificidades regionais, estes caminhos permitiram e permitem que se descubram elementos comuns que criam uma identidade de situações e de ações. Isto se verificou nos movimentos dos distintos setores sociais que, cada vez mais, passam a atuar de forma organizada, em nível nacional.

São esses movimentos que, num momento posterior, a partir de 1985, com a retomada do regime democrático no País, pressionam para colocar, mais uma vez, a Reforma Agrária em pauta no cenário nacional, criando, também, novo espaço de luta: o espaço parlamentar. O fracasso dos projetos de colonização dirigidos pelo Estado, a continuidade e o aumento crescente dos conflitos e a organização de parcelas da sociedade neles envolvidas fazem com que a discussão da Reforma Agrária volte a

³ Trabalho realizado por OLIVEIRA, (1988) demonstra a “coincidência” da localização dos projetos agropecuários com o registro de conflitos pela terra, na Amazônia Legal.

ganhar espaço. A Campanha Nacional pela Reforma Agrária, em 1983, recupera o antigo e reprimido sonho da Reforma Agrária e se apresenta como uma tentativa de estender a questão para mais além da área rural: a toda a sociedade.

O enfrentamento se manifestava tanto no plano político da Assembléia Nacional Constituinte (1988) como no plano militar, nos conflitos armados e nas ocupações de terras que emergem em todo o País. Estes enfrentamentos criavam, constantemente, um fato novo e exigiam do Estado uma atuação mais concreta por meio de seus mecanismos de decisão da política agrária. Não obstante as limitações e dificuldades, em outubro de 1985, é aprovado o Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA. Desde esta data não foram mais implantados projetos de colonização e toda a atuação do Estado, com relação a assentamentos de população na área rural, deu-se dentro do Plano Nacional de Reforma Agrária.

Apesar da tentativa, no governo Collor (1990-1992), para voltar à tona os projetos de colonização, desta vez realizados por particulares, esta não vigorou como proposta oficial. Tanto no plano político como no plano militar, verifica-se que a correlação das forças na sociedade não é estática e os enfrentamentos vão-se definindo na própria implantação da política agrária, delineando o perfil e o alcance das soluções para estas questões. A atuação do Estado passa, cada vez mais, a ser determinada pela pressão dos conflitos e dos movimentos sociais organizados. Ao mesmo tempo, a pressão para agilizar o processo fortalece, sempre mais, a organização dos movimentos de luta pela terra.

Após idas e vindas, criação e recriação de ministérios e trocas de ministros, o movimento social só fez crescer e, mais, viabilizar a integração nacional de um segmento da sociedade até então excluído. Destaca-se, sobretudo, a organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST, que se articula numa “rede” que unia, inicialmente, Encruzilhada Natalino, os expropriados de Itaipu, Pontal de Paranapanema entre outros. Consolida-se, como uma “rede com estrutura aberta” que permitiu e permite novas incorporações, como Eldorado de Carajás, Curumbiara, Pedro Canário... e recuperou-se a história, incluindo nesta rede Canudos, Contestado e Palmares. É uma “rede de estrutura aberta”, mas tecida com nó cego que, seguramente, será difícil desfazer...

Dito isto, voltamos para nossa preocupação de entender que tipo de estratégia está sendo produzida pelo Estado, hoje, através da Reforma Agrária, e vemos que:

- desde 1985, não foram mais implantados projetos de colonização. Toda atuação do Estado deu-se através de projetos de assentamentos dentro do Plano Nacional de Reforma Agrária;

- apesar da tentativa havida, no governo Collor, para voltar à tona os projetos de colonização realizados por particulares, tal tentativa não vigorou como proposta oficial;
- cada vez mais, a pressão para agilizar o processo de implantação do PNRA fortalece a organização dos movimentos de luta pela terra;
- a atuação do Estado continua sendo determinada pela pressão dos conflitos e dos movimentos organizados;
- as pessoas não são mais deslocadas, para áreas distintas de sua origem e passam a ser assentadas nos locais ou próximos as áreas de conflito;
- a origem dos assentados não é só da área rural mas pessoas da cidade, sem perspectiva de conseguir trabalho, passam a se incorporar aos movimentos por terra;
- quanto a organização do espaço no interior dos assentamentos, o modelo continua sendo o utilizado nos projetos de colonização, ou seja, o de fracionar a terra em unidades familiares, fazendo caber o máximo de módulos rurais possíveis.

Se, no período anterior, durante o regime militar, era mais fácil identificar uma estratégia desenvolvida com relação ao planejamento do espaço, com os denominados “Projetos de Colonização Dirigidos”, o mesmo não ocorre com relação a atual política de Reforma Agrária.

Mapeando uma série histórica de criação de projetos de assentamentos (PA's), não vamos perceber uma estratégia do Estado quanto ao seu planejamento espacial mas, antes, uma estratégia que vai sendo construída pela atuação dos movimentos. Creio não ser exagero afirmar que os projetos de assentamentos em áreas de Reforma Agrária são, hoje, dirigidos pelos movimentos sociais. Não se percebe uma estratégia de atuação do Estado no sentido de gerar oferta de terra mediante uma política de reforma agrária, mas a de tentar, aos trancos e barrancos, atender à demanda dos movimentos, de preferência conciliando-os com os interesses de grandes proprietários de terra, promovendo, antes, uma política de criação de assentamentos.

Ora, não é o Estado que tem condições de ter uma visão integrada e articulada do espaço, com condições de agir sobre todos os lugares? Como fica o Estado em sua função de planejador? Esta função é “prejudicada” pela dinâmica dos movimentos ou por sua falta de interesse? ou o interesse é só o de resolver um “problema” ao invés de ver na Reforma Agrária uma possibilidade de construir um espaço mais justo?

ou, ainda, este setor produtivo não é prioritário na “nova ordem” que se instala no País?

Movimentos Sociais e a Produção do Espaço

O que denominamos de Movimentos Sociais não é um todo homogêneo. Em se tratando de Movimentos Sociais que articulam os trabalhadores rurais sem terra vamos encontrar que são diferentes os grupos e os interesses que os unem e que os movem. Da articulação das lutas pela terra de Encruzilhada Natalino, em Ronda Alta (RS), e do Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná – MASTRO, nascido da resistência dos expropriados de Itaipu, organiza-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, criado oficialmente em 1984⁴. Sem dúvida, hoje, o MST firma-se como um movimento exemplar não só no sentido de consolidar sua organização em todo o território nacional, mas também no de inspirar a criação de outros movimentos semelhantes. Contabiliza-se, hoje, em todo o País 25 movimentos organizados na luta pela terra. (MANÇANO, 2000). Só no Estado da Bahia, por exemplo, além do MST, temos mais três organizações atuando: Movimento Luta pela Terra – MLT, Movimento dos Carentes Sem Terra – MCST e Movimento da Luta dos Sem Terra – MLST.

Os mais organizados e com mais tempo de experiência, como o MST, demonstram dar um salto qualitativo em termos de estratégia de ocupação do espaço quando passam de ocupar terras “improdutivas” em qualquer lugar a definir quais as terras “improdutivas” que os interessam. Sentiram na pele as dificuldades de ocupar terra longe dos centros urbanos, longe de estradas asfaltadas, sem água, sem energia elétrica condições que, entre outras, passam a ter importância na definição de novas ocupações.

As ocupações mais recentes do MST no Recôncavo baiano, por exemplo, são todas localizadas próximas a centros urbanos e na beira do asfalto. Assim, são os movimentos que passam a imprimir a localização e, também, a responsabilidade sobre a qualidade das terras a serem desapropriadas. É uma função que deveria ser atribuição do Estado que, depois de muita pressão, só faz ratificar a escolha mediante decretos de desapropriação.

Também não fica evidente uma estratégia, ou preocupação, do Estado com relação à organização espacial interna dos Projetos de Assentamento, com significativas implicações nos rumos do seu desenvolvimento. Entendo que os Projetos de Assentamentos de população realizados dentro da política de Reforma Agrária são um verdadeiro campo de força e, assim

⁴ Ver a respeito GERMANI (1982) e GERMANI (1993)

como se refere Milton Santos com relação ao espaço, sua energia é a dinâmica social (SANTOS, 1990:122). E sua compreensão não é tarefa exclusiva de nenhuma área do conhecimento, antes exige um esforço interdisciplinar, pois articula, também, todas as dimensões da vida.

Considerando que a minha área de atuação é a Geografia, procuro contribuir pensando o espaço geográfico dos assentamentos, como se estabelece sua produção bem como sua organização. Isso, não para propor um "modelo ideal", mas antes visando a compreensão das diferentes dimensões que envolvem sua produção e a necessidade de pensar, de forma articulada, o seu processo de construção.

A construção do Projeto de Assentamento (PA) começa num momento anterior ao processo formal: nas ocupações e acampamentos. Etapas que se tornaram corriqueiras e antecedem o início do processo formal de vistoria, desapropriação e implantação do PA. O acampamento é o primeiro momento da ocupação da terra. É uma estratégia dos movimentos organizados de criar o fato como forma de pressão para dar início ao processo formal de desapropriação. Quase todos os PA's formam precedidos de acampamentos sendo, portanto, dois momentos distintos do mesmo processo que apresentam, também, uma espacialidade distinta.

Os acampamentos à beira das estradas ou nas fazendas não estão só marcando presença na paisagem. Não são apenas mais um punhado de "excluídos" como tantos que vemos nas favelas e áreas periféricas, inclusive das pequenas cidades e povoados do interior. A forma particular de organização e construção de seus barracos, a lona preta, a bandeira hasteada imprimem um significado que só pode ser interpretado analisando a estrutura da sociedade em que surgem. São excluídos, sim, mas a forma como se apresentam demonstra que, embora em sua aparência possam ser identificados com os outros "excluídos", em sua essência não o são. Formam um segmento organizado que tem uma proposta alternativa para a sociedade que objetivamente os exclui.

Esta proposta é colocada em prática, de forma concreta, quando abrem a porteira ou arrebentam a cerca e transformam uma área "improdutiva" em roça; quando, em volta da casa grande, antiga sede da fazenda, implantam seus barracos e alimentam a esperança; quando o fruto que plantaram é colhido e levado para a sua mesa, à mesa de seus companheiros ou para o mercado. Estão, ao mesmo tempo, mudando a paisagem, produzindo um espaço, fazendo história e construindo uma geografia.

Esta geografia está marcando uma presença tão forte que se coloca como uma necessidade para nós geógrafos conhecê-la e interpretá-la. Mas, ao mesmo tempo, coloca-se como um desafio, pois a abrangência de sua dimensão não é tarefa exclusiva de nenhuma área do conhecimento, mas, como dissemos anteriormente, exige um esforço interdisciplinar.

Não pode ser entendida de forma tradicional, simplesmente descritiva, ou como mera curiosidade acadêmica. O esforço para conhecer e interpretar esta geografia só tem sentido, como já nos ensinava Yves Lacoste, se contribuir para melhor pensar o espaço e para saber nele se organizar (LACOSTE, 1997).

Seguramente, quem hoje anda pelas rodovias brasileiras sempre encontra vários acampamentos de "sem-terras", com seus barracos de lona preta, marcando a paisagem.

Mas, se a forma nos dá um ponto de partida para alcançar o conhecimento, como observa Milton Santos, "*está longe de nos dar um ponto de chegada, sendo insuficiente para oferecer, sozinha, uma explicação*". Continua ele dizendo que "*não existe dialética possível entre formas enquanto formas, (...) nem, a rigor, entre paisagem e sociedade. A sociedade se geografiza através dessas formas, atribuindo-lhes uma função que, ao longo da história, vai mudando. O espaço é a síntese, sempre provisória, entre conteúdo social e as formas espaciais*" (Santos, 1996:88).

O conteúdo social engendrou novas estratégias de luta e de resistência dos excluídos. E as ocupações de terra deixaram de ser um ato isolado de poucos para ser um processo de intervenção no espaço, em todas as suas dimensões. Os movimentos sociais, os movimentos e organizações dos excluídos identificam as possibilidades do espaço e definem estratégias para conquistá-lo. As ocupações e os acampamentos são parte desta estratégia. Assim, se os barracos de lona podem ter a mesma forma, muita diferença faz estar num barraco na beira da estrada ou numa fazenda; e, ainda mais, entre estar numa área da fazenda considerada ainda como "acampamento" ou "área de conflito" ou em terra já oficialmente reconhecida. São etapas distintas da mesma luta e que vão definir, também, as formas distintas de organização do espaço.

O esforço em construir não mais barracos de lona mas casas mais sólidas só vai ser realizado quando o Estado reconhecer, legalmente, a área como sua. O mesmo vai ocorrer com o esforço em plantar lavouras permanentes ao invés de temporárias. Assim, pode-se interpretar que, entre muitos fatores, o ciclo do cultivo selecionado é proporcional à esperança em permanecer na terra. Continuando, ainda, na escala dos projetos de assentamentos, a análise quanto aos tipos de espaço produzidos pela política de assentamentos rurais e as tentativas de compreender como acontece a produção do espaço, na realidade dos assentamentos, têm permitido identificar, com muita clareza, a relação intrínseca entre processos sociais e processos espaciais. Identificando, também, como o planejamento espacial pode impor limitações/possibilidades à organização social da produção.

É nos Projetos de Assentamentos que vamos encontrar os trabalhadores rurais, que trazem em sua bagagem uma luta histórica pelo

direito de acesso à terra. Ao se incorporarem aos projetos de assentamento, isto é, ao terem acesso à terra, passam a viver e enfrentar novos desafios que denominamos como a nova cara da luta pela terra. Este novo desafio supõe garantir sua permanência na terra conquistada e a realização do salto qualitativo que lhes permita condições dignas de vida e participar da sociedade na condição de cidadãos. Este desafio se traduz no esforço para tornar o assentamento produtivo. É um desafio enfrentado tanto pelos assentados como pelo Estado. Um, em sua prática e outro, em seu discurso.

No documento da Presidência da República – “Reforma Agrária – compromisso de todos” – se diz que “... o grande desafio da reforma agrária hoje está em garantir a viabilidade econômica do assentamento”. Esta posição é ratificada pelo Ministro Raul Junguermann que afirma “... precisar melhorar os assentamentos tomando-os produtivos”. Sem dúvida, é isto que querem também os assentados. Mas, se é desejo de ambos, por que tanta dificuldade em se conseguir este objetivo?

Primeiro, é preciso entender que existem diferentes óticas a considerar e para se querer um assentamento produtivo, a depender dos interesses. Para o Ministro, significa uma necessidade concreta de fazer render os investimentos, fruto do dinheiro público. Sua ótica é produtivista e sua estratégia é econômica. Além disso, os assentamentos devem entrar na lógica do desenvolvimento capitalista de produzir para o mercado, o que significa também consumir o que está à venda no mercado, colocando-os diretamente na órbita da subordinação ao capital. Para os assentados, o que predomina é a ótica da sobrevivência e da resistência, tornar os assentamentos produtivos, faz parte da estratégia política.

Independente das óticas, um projeto de assentamento só vai ter sucesso se levar em consideração uma série de questões. Entre tantas gostaria de destacar algumas que dizem respeito diretamente à Geografia, pois vencer o desafio está intrinsecamente dependente das condições que terão para trabalhar a terra. São questões que nos remetem, em primeiro lugar, ao conhecimento do espaço em que vão trabalhar. O conhecimento do pedaço de terra que conquistaram, com tanto sacrifício e luta, vai ser estratégico para definir sua permanência nele. É um elemento fundamental para definir seu projeto de organização, de produção e de vida no assentamento. Implica definir o que vão plantar, como, com que técnicas e o destino de sua produção.

É aí que se percebe a distância entre a intenção e o gesto nas ações do Estado. Esta medida pode ser mensurada pelas condições fornecidas pelo Estado para tornar o assentamento produtivo. A responsabilidade do Estado não se limita às ações de vistoria, avaliação, desapropriação e liberação dos primeiros créditos. Sem dúvida, são atos importantes, mas têm que ser complementados com o fornecimento do aporte técnico

necessário para pensar o processo produtivo em outros moldes que não o da mera subsistência ou de reprodução simples e dos recursos financeiros para realizá-lo.

A dinâmica e o ritmo que os movimentos imprimem aos processos de ocupação de terra, são distintos do ritmo das instituições oficiais e obrigam que, muitas vezes, os próprios movimentos assumam as ações de implementação dos assentamentos, inclusive as de planejamento espacial. Sem dúvida, trata-se de um planejamento executado em outras bases e outros parâmetros; um planejamento espacial que é feito, muitas vezes, sem ter sequer a planta do perímetro da área em mãos, quanto mais o estudo de solos ou de topografia! Onde é possível identificar, com muita clareza, a relação intrínseca entre processos sociais e processos espaciais. Pois, é um exercício, ao mesmo tempo, de construção do espaço e de organização da sociedade.

Conclusão

Embora em outras dimensões, os desafios, os conflitos e as perspectivas colocados para/pelos assentados na construção de seu espaço colocam-se, também, para o pesquisador em seu esforço de apreendê-lo. É uma tentativa de considerar o espaço como um objeto de pesquisa e como uma categoria de análise.

Um Projeto de Assentamento apresenta-se como uma ocupação diferenciada num espaço geográfico específico e que conta, para sua realização com o apoio do Estado. A questão principal que distingue os produtores assentados concentra-se, principalmente, no fato de que o desafio para superar os problemas da nova ocupação deste espaço físico implica a elaboração de uma proposta. Independente do modelo adotado, vencer o desafio e permanecer na terra conquistada passa por elaborar uma proposta e estabelecer práticas comuns que só são construídas, com eficácia, à medida que se constroem identidades entre eles. Dito em outras palavras, à medida que se sonham os mesmos sonhos.

Para finalizar, não obstante todas as limitações, os Projetos de Assentamentos trazem uma novidade implícita nesta forma de ocupação da terra. Muitos deles, como estratégia de resistência e de luta, desenvolvem processos produtivos construídos mediante a organização e cooperação que exigem e produzem uma organização do espaço diferenciada, rompendo com o modelo imposto de fracionamento da terra em unidades individuais. As novas formas de produção impõem, também, novas formas de produção do espaço, desenvolvendo, ao mesmo tempo, uma nova perspectiva para a vida dos envolvidos nestes processos, que pode vir a significar um elemento de mudança exemplar para toda a sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- GERMANI, G. Os expropriados de Itaipu. O conflito: Itaipu x Colonos. Cadernos do PROPUR, n. 3. Porto Alegre: PROPUR/URGS, 1982.
- GERMANI, G. Cuestión agraria y asentamiento de población en el área rural: la nueva cara de la lucha pôr la tierra. Bahia, Brasil (1964-1990). Barcelona, 1993, 667p., Doutorado em Geografia, Universidad de Barcelona (Espanha).
- LACOSTE, Y. s. A geografia serve, antes de mais nada, para fazer a guerra. São Paulo: Papirus, 1997.
- MANÇANO, B. Invasões forçam assentamentos Folha de São Paulo, 02.01.2000. Caderno 1, p. 11.
- OLIVEIRA, A. U. A Geografia das lutas no campo. São Paulo: Contexto, 1988.
- ORTEGA, N. Política agraria y dominación del espacio. Madrid: Ayuso, 1979.
- SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, M. Por uma geografia nova. São Paulo: Hucitec, 1990.

Transformações das Composições Químicas dos Minerais nas Rochas da Interface Anortosito/Dolerito do Maciço Anortosítico de Potiraguá, Bahia

Bordini, R.M. *, Cruz, M.J.M.**, Merlet, C. ***

1 - Introdução

As rochas anortosíticas são predominantes na crosta da Lua e possivelmente de Mercúrio, mas não são abundantes na Terra, exceto em alguns locais como na Província Grenville, no Canadá. De uma forma geral, os anortositos terrestres são classificados em cinco tipos distintos: i) anortosito Arqueano, rico em megacristais de plagioclásio, ii) Maciços Anortosíticos Proterozóicos, iii) anortosito associado a intrusões máficas estratificadas, iv) anortosito oceânico e v) as inclusões anortosíticas em outras rochas ígneas (Ashwall 1993).

Todos os anortositos são rochas ígneas acumulativas de plagioclásio, derivadas de magmas mantélicos, o que é demonstrado pela mineralogia constituída de plagioclásio cálcico que coexiste com piroxênios, olivina, óxidos de Fe-Ti e apatita.

A evolução das rochas anortosíticas está ligada a dois estágios segundo o modelo petrogenético mais favorável existente (Ashwall 1993). Inicialmente, ocorreria o fracionamento de produtos de derivação mantélica, seguido pela flotação dos cristais de plagioclásio que se acumulariam no topo de câmaras magmáticas, encaixando-se posteriormente no segmento basal da crosta. Nesta etapa de colocação sobram então líquidos residuais que se cristalizam rapidamente,

*Professor do Curso de Pós-graduação em Geologia - IGEO- UFBA

**Professor do Departamento de Geoquímica do Instituto de Geociências da IGEO-UFBA

***Professor da Universidade de Montpellier, França.

desenvolvendo rochas de mesma filiação magmática, estruturadas como diques de granulação mais fina.

O objetivo deste trabalho é apresentar as transformações químicas dos minerais das interface anortosito/dolerito presentes no Maciço Anortosítico de Potiraguá (MAP), Sul do Estado da Bahia.

2 - Os Maciços anortosíticos do Sul Estado da Bahia

Dentre os grupos petrográficos, os Maciços Anortosíticos Proterozóicos são rochas que não possuem termos análogos modernos e uma das suas principais características petrológicas é a predominância de plagioclásio cálcico. Os Maciços são sistematicamente associados às regiões onde dominam rochas de alto grau metamórfico, fácies granulito (Martignole 1996).

No Estado da Bahia, Brasil, nos domínios geológicos do Cráton do São Francisco (Almeida 1977), ocorre uma série de corpos gabro-anortosíticos, com pequenas dimensões (< 100 km²), repartidos em uma faixa submeridiana que marca a interface entre o Bloco de Jequié e o Cinturão Granulítico Itabuna/Costa Atlântica (Cruz *et al.* 2000).

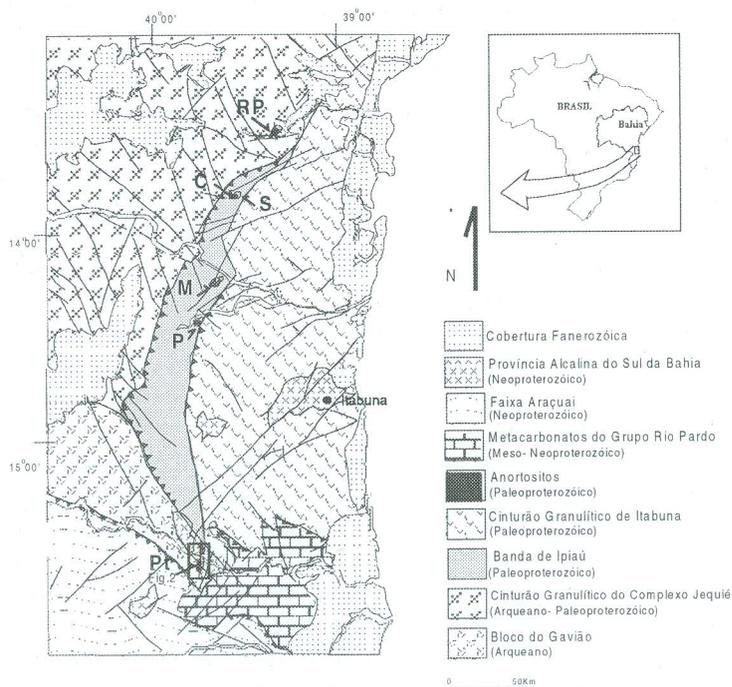


Figura 1. Localização das intrusões gabro-anortosíticas do cinturão granulítico do Cráton do São Francisco. RP=Rio Piau; C=Carapussê; S=Samaritana; M=Mirabela; P=Palestina; Pt=Potiraguá (Bordini *et al.* 1999)

Segundo Sabaté & Cruz (1998), em acordo com o modelo proposto por Figueiredo & Barbosa (1993), os Maciços Gabro-Anortosíticos do Sul da Bahia seriam os marcadores de uma geossutura profunda, expressão esta da interface do Bloco Jequié e do Cinturão da Costa Atlântica. De norte para sul são conhecidas as intrusões de Rio Piau, Samaritana, Carapussê, Mirabela, Palestina e Potiraguá (Fig. 1).

Os corpos do Estado da Bahia associam geralmente vários litotipos: anortosito, leucogabro, gabro-norito, troctolito, piroxenito e dunito, caracterizando uma série magmática cosanquinea, gradacionais entre si (Cruz *et al.* 1999). Os corpos providos de termos anortosíticos (Rio Piau, Samaritana, Potiraguá) não apresentam os dois últimos termos ultramáficos ou estes são restritos. Um corpo é monolítico (Carapussê) e o Mirabela e Palestina são predominantemente básico-ultrabásicos. Qualitativamente, a composição mineralógica é monótona. O plagioclásio e os piroxênios disputam a dominância, a olivina é o único varietal. Suas proporções relativas determinam o amplo leque das composições petrográficas encontradas. Faz-se mister assinalar a presença de rochas ricas em óxidos de Fe-Ti-V e, ocasionalmente, em apatita, associadas aos demais membros líticos dos maciços.

3 - O Maciço Anortosítico de Potiraguá (MAP)

Este corpo foi assinalado por Bordini *et al.* (1998). Trata-se de uma massa intrusiva de forma alongada localizada, à cerca de 6 km à leste da sede municipal de Potiraguá, no Sul da Bahia (Fig. 2).

Localizado ao extremo sul do lineamento, o Maciço Anortosítico de Potiraguá (MAP), forma um corpo estreito e alongado, com cerca de 20 km² aflorantes. Distingue-se dos demais corpos por sua situação geológica peculiar. De um lado foi alojado no limite preciso entre terrenos de alto grau e terrenos no fácies anfíbolito, tendo registrado um evento deformacional suplementar. Por outro lado está geometricamente relacionado com um dos maciços peralcalinos posicionados no ciclo Brasileiro. O corpo associa anortosito, anortosito troctolítico, olivina leucogabro e, muito subordinadamente, gabro de granulação fina na borda nordeste do maciço (não representado no mapa da Fig. 2).

As rochas que formam o MAP são de tonalidade cinza escuro a preto, com variações mais claras ou mais escuras e por vezes mostrando uma tênue tendência ao azulado. A iridescência dos plagioclásio é marcante na superfície de rocha fresca. São rochas de granulação grossa a muito grossa, maciças, fracamente orientadas.

Os megacrístais de plagioclásio geminados, de formas euédricas, subédricas são onipresentes. Os minerais máficos desenvolveram-se comprimidos nos espaços intergranulares dos plagioclásios, apresentando-se como grumos irregulares. A segregação máficos/félsicos é pouco representativa, estando presente irregularmente como níveis no seio da

massa principal anortosítica.

A microscopia apresenta a massa anortosítica rica em texturas ígneas primárias do tipo ortocumulato, adcumulato e heteradcumulato, segundo a classificação de Wadsworth (1985). Os cristais tabulares de plagioclásio encontram-se colados um a outro, ocasionalmente desenvolvendo uma espécie de laminação, dada pela própria forma do mineral. Texturas pseudogranoblásticas são frequentes.

Os cristais de piroxênios (ortopiroxênios e clinopiroxênios) possuem formas alongadas, irregulares, geralmente são subédricos e estão presentes nos espaços intergranulares da massa de plagioclásio. O tamanho médio é

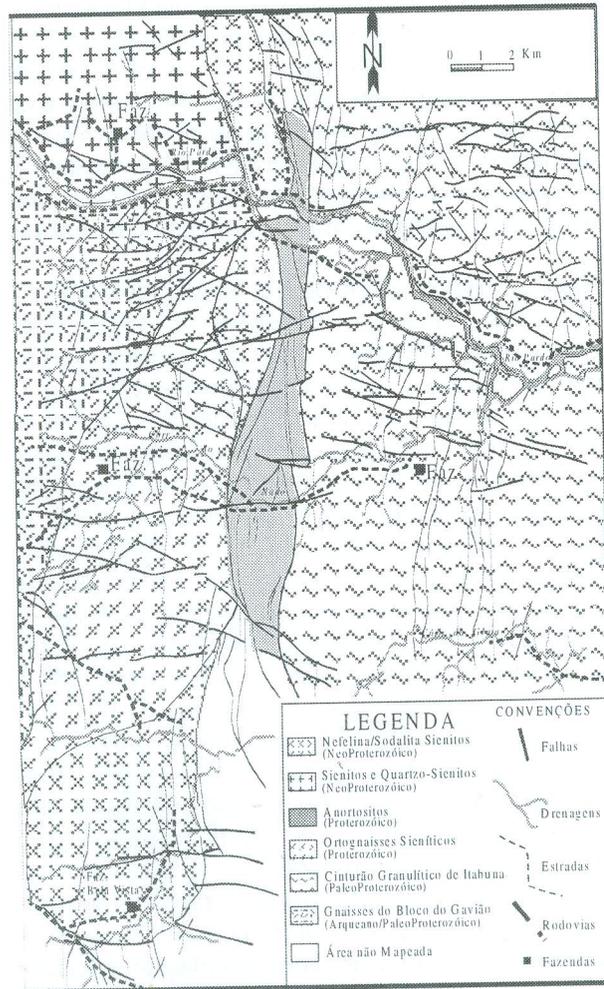


Figura 2 Geologia do Maciço de Potiraguá (Bordini et al.)

em torno de 0,5 a 1,0 mm e geralmente os cristais apresentam exsoluções de ortopiroxênio em clinopiroxênio hospedeiro. Olivina se encontra associada a estes grumos máficos.

Os doleritos formam diques de granulação fina que acompanham a estrutura estirada da massa anortosítica. São rochas pretas, faneríticas finas, apresentam ao microscópio texturas diabásicas, ofítica e subofítica. Os contatos entre os grãos são retos raramente embaiados, microfraturados sem preenchimento ou algumas vezes preenchidos por calcita e raramente quartzo. O piroxênio ocorre como fenocristais e, na matriz, com forma subidioblástica ou xenoblástica. O plagioclásio ocorre como fenocristais e em menor quantidade na matriz, em geral em forma de lascas, com bordas irregulares, geminados e frequentemente conservando suas feições primárias. Segundo Bordini et al. (1999), os doleritos podem representar manifestações tardias de um magma relacionado a gênese das rochas anortosíticas de Potiraguá.

Segundo Bordini et al. (1999), a composição mineralógica geral das rochas anortosíticas é marcada pela presença de dois plagioclásios (labradorita An_{70-76} e uma andesina (An_{48-54}). O Cpx (En_{40-43} , Fs_{12-16} , Wo_{41-48}) como o Opx (En_{71-77}) são ricos em Mg, assim como a olivina (Fo_{69-79}) cuja proporção modal fica frequentemente acima de 6%. As rochas contêm ilmenita como varietal principal depois da olivina.

Geotermômetros de Lindsley & Andersen (1983), indicam temperaturas de cristalização do clinopiroxênio no intervalo de 1100 a 925°C e para o ortopiroxênios coroníticos no intervalo de 800 a 850°C, indicando reações subsólidas.

4 – As rochas em contato anortositos/doleritos

Com o objetivo de se estudar as variações das interfaces anortositos/doleritos foram coletadas algumas amostras contendo as duas partes dos tipos líticos. Estas amostras foram laminadas, montadas em lâminas delgadas-polidas, metalizadas a carbono e submetidas aos estudos petrográficos e análises de microsonda eletrônica.

As análises de microsonda eletrônica foram efetuadas no equipamento Cameca SX100 da Universidade de Montpellier, França. As condições físicas analíticas foram de 20 kV de tensão, 20 nA de corrente, 15 s em tempo de contagem e tamanho de feixe eletrônico de 0.5nm. Todas análises foram submetidas às correções de número atômico, absorção e fluorescências (ZAF).

As descrições petrográficas das rochas da interface anortosito/dolerito do MAP mostram que existem transformações mineralógicas, sobretudo nos limites de contato. As transformações não se tratam de modificações texturais, mas sim mineralógicas, caracterizadas por vias

óticas. Observa-se também que os fenômenos geológicos transformativos agiram principalmente sobre os minerais máficos.

Sob o microscópio petrográfico nota-se que os clinopiroxênios foram transformados em anfibólios associados com minerais óxidos de ferro. Estas neotexturas são coroníticas, onde o mineral óxido de ferro ocupa o centro e o anfibólio forma uma guirlanda descontínua, caracterizando a passagem clinopiroxênio-anfibólio.

Os anfibólios dos doleritos são transformados para biotitas, caracterizando a ação retrógrada Anfibólio-Biotita.

Os clinopiroxênios e plagioclásios também sofreram transformações. Nas imediações das texturas coronítica ferro/anfibólios, os plagioclásios estão relacionadas a plaquetas de calcita, grãos de hercinita e gotículas de quartzo.

As alterações dos minerais primários (plagioclásio e clinopiroxênio) provavelmente forneceram os conteúdos de CaO , Al_2O_3 e SiO_2 para estes minerais neoformados.

Nos doleritos existe uma completa transformação de piroxênio para anfibólios, tanto nos megacristais como na matriz. Nas texturas pseudofíticas, o centro é ocupado por uma massa de biotita secundária.

De uma forma geral, a ação tectônica é observada com modificações das lamelas de geminação dos plagioclásios, causando encurvamentos, estruturas em cunha, no entanto sem atingir o ponto de recristalização. No interior dos cristais de plagioclásio dos anortositos, próximos aos limites com os doleritos, frequentemente ocorrem uma série de microfaturas escalonadas, ocasionalmente preenchidas por quartzo e calcita.

5 – Composição química das rochas da interface anortosito/dolerito

A tabela 1 apresenta os resultados analíticos dos minerais obtidos através de análises pontuais em microsonda eletrônica. O cálculo estequiométrico das fórmulas estruturais foi efetuado seguindo a metodologia citada por Klein & Hurlbut (1993).

Piroxênios – Como foi citado anteriormente, estes minerais estão presente nos espaços intergranulares do plagioclásio. Nas rochas da interface anortosito/diques foi constatado apenas a presença de ortopiroxênio, de composição $\text{En}_{70-71}\text{-Fs}_{27-28}\text{Wo}_{1.1-1.3}$. Em comparação com os dados de Cruz *et al.*, (1999) para as demais rochas do MAP, os ortopiroxênios das interfaces anortosito/dolerito não apresentam modificações marcantes de suas composições primárias.

Os clinopiroxênios, descritos nas rochas do MAP por Cruz *et al.* (1999), estão completamente ausentes nas rochas da interface anortosito/

dolerito, sendo substituídos por simplectitos de anfibólio e minerais óxidos de ferro. Nos diques doleríticos, os piroxênios estão completamente anfibolitizados.

Anfibólios - Nas rochas da interface anortosito/diques estão presentes dois tipos de anfibólios. Os anfibólios produto de transformação dos piroxênios que constituem os diques doleríticos e os anfibólios originários da transformação dos piroxênios, presentes nos espaços intergranulares das rochas anortosíticas.

A composição química destes minerais (tabela 1) permite a aplicação da nomenclatura sugerida por Leake (1997). Os anfibólios presentes nos diques doleríticos tratam-se de indivíduos da série dos anfibólios cálcicos, do tipo Ferropargasita

$(\text{NaCa}_2(\text{Fe}^{2+}_4\text{Al})\text{Si}_6\text{Al}_2\text{O}_{22}(\text{OH})_2)$ e Tchernakita $(\text{Ca}_2(\text{Mg}, \text{AlFe}^{3+})\text{Si}_6\text{Al}_2\text{O}_{22}(\text{OH})_2)$ os anfibólios presentes nos anortositos da interface são do tipo Ferrohornblenda $(\text{Ca}_2(\text{Fe}^{2+}_4(\text{Al}, \text{Fe}^{3+}))\text{Si}_6\text{Al}_2\text{O}_{22}(\text{OH})_2)$ e Kaersutita $(\text{NaCa}_2(\text{Mg}_4\text{Ti})\text{Si}_6\text{Al}_2\text{O}_{22}(\text{OH})_2)$.

Micas - Nos doleritos são produtos de transformação dos anfibólios e são caracterizadas como da série Flogopita - Anita ($\text{Fo}_{60}\text{An}_{40}$).

Plagioclásio - Estes minerais nos anortositos apresentam composição An_{66-50} e nos doleritos a composição é em torno de An_{50} . Estes dados são comparáveis aos obtidos por Cruz *et al.* (1999).

Além destes minerais analisados, foram obtidos resultados de associações minerais secundárias, produto da transformação da mineralogia primária nas proximidades das interfaces anortosito/dolerito. Os resultados dos minerais Calcita, Óxidos de Fe-Ti, hercinita e epidoto estão apresentados na tabela 1.

6 – Geotermômetros

A presença da associação anfibólio-plagioclásio em equilíbrio químico nas rochas da interface anortosito/dolerito permitiu a aplicação dos geotermobarômetros de Hammarstrom & Zen (1986), Johnson & Rutherford (1989), Hollister *et al.* (1987) e Schmidt (1992). Os resultados obtidos estão expressos na tabela 2.

Os resultados 7, 8 e 9 são provenientes de anfibólios dos doleritos, os valores 19 e 20 são resultados de análises em anortosito da interface.

Comparando os resultados obtidos com os valores em torno de 800°C encontrados por Cruz *et al.* (1999), constata-se que as temperaturas, determinadas através dos geotermobarômetros do anfibólio nas rochas da interface anortosito/dolerito, são inferiores a temperatura de cristalização dos piroxênios, calculadas através dos geotermômetros de Wood e Banno (1973) e Lindsley & Andersen (1983), indicando que

TABELA I. Análises pontuais em microsonda eletrônica dos minerais das rochas da interface anortosito-dolerito do MAP

Mineral Rocha	Pl		Pi		Pl		Pi		Anf		Bio		Bio		Bio		Bio		Pi		Pi		Opx	
	Dol	Ant																						
SiO2	54,52	53,60	53,83	53,36	54,48	53,99	40,72	40,67	45,04	40,32	40,23	36,40	34,43	34,43	34,43	34,43	34,43	34,43	34,43	54,29	54,45	53,97	52,64	52,85
TiO2	0,08	0,13	0,10	0,12	0,12	0,12	3,90	3,91	0,82	3,79	3,83	3,33	3,91	3,91	3,91	3,91	3,91	3,91	0,10	0,04	0,06	0,20	0,23	
Al2O3	28,84	29,18	29,38	29,20	28,29	28,17	10,56	10,52	7,17	13,61	13,49	14,98	15,19	15,19	15,19	15,19	15,19	15,19	28,48	28,63	28,27	2,28	2,19	
Cr2O3	0,00	0,00	0,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,03	0,00	0,01	0,03	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	
NiO	0,01	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,02	0,01	0,02	0,01	0,02	0,01	0,02	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	
FeO	0,55	0,67	0,65	0,57	0,83	0,73	20,28	20,12	22,20	10,04	10,94	20,93	22,22	22,22	22,22	22,22	22,22	22,22	14	0,07	0,16	17,57	16,99	
MnO	0,00	0,03	0,00	0,02	0,00	0,00	0,39	0,35	0,36	1,17	1,14	1,11	1,07	1,07	1,07	1,07	1,07	1,07	0,01	0,01	0,00	0,61	0,60	
MgO	0,08	0,05	0,08	0,06	0,06	0,05	7,95	7,90	8,91	13,00	12,80	10,29	9,29	9,29	9,29	9,29	9,29	9,29	10,29	10,39	10,19	0,57	0,71	
CaO	10,28	11,00	11,01	11,09	10,22	10,39	10,47	10,53	11,48	12,00	11,98	10,05	10,04	10,27	10,39	10,39	10,39	10,39	10,39	10,39	10,39	5,40	0,01	
Na2O	5,37	5,18	4,38	5,23	5,74	5,59	1,88	1,90	0,99	1,52	1,33	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05	0,08	0,08	0,42	0,01	0,01	
K2O	0,14	0,14	0,04	0,03	0,10	0,13	1,11	1,11	0,61	1,71	1,71	9,83	9,53	9,53	9,53	9,53	9,53	9,53	9,53	9,53	9,53	0,01	0,01	
Total	99,87	99,98	99,50	99,68	99,84	99,17	97,25	97,02	97,61	96,17	96,47	96,02	94,75	96,02	94,75	96,02	94,75	96,02	94,75	99,04	99,31	98,46	99,19	99,47

Minerais: Pl=plagioclásio, Anf=anfíbólio, Bio=biotita, Epi=epidoto, Ilm=ilmenita, Ox=óxidos de Fe-Ti, Tit=titanita, Her=hercinita, Cal=calcita e Prb=pirobólito.
Rochas: Dol=dolerito e Ant=anortosito.

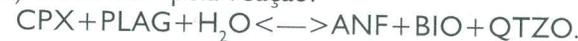
TABELA I. Temperaturas e Pressões determinadas pelo anfíbólio das rochas doleríticas e anortosíticas de Potiraguá.

	Hammarstrom & Zen (1986)		Johnson & Rutherford (1989)		Hollister et al. (1987)		Schmidt (1992)	
	T (°C)	P (Kbar)	T (°C)	P (Kbar)	T (°C)	P (Kbar)	T (°C)	P (Kbar)
7	828.5	2.55	837.5	1.98	829.4	2.49	819.6	3.11
8	778.0	5.75	795.0	4.67	772.7	6.08	771.8	6.14
9	778.2	5.73	795.2	4.66	773.0	6.07	772.0	6.13
19	748.0	7.65	769.8	6.27	739.1	8.21	743.5	7.91
20	747.7	7.67	769.5	6.29	738.8	8.23	743.2	7.96

7,8 e 9 anfíbólicos de doleritos, 19 e 20 anfíbólicos de anortositos.

existiram transformações posteriores à cristalização dos anortositos/doleritos.

A relação $mg\#$ de todos os minerais máficos mantém a sequência do $kd_p > kd_{anf} > kd_{bio}$, proximidades de valores, caracterizando a passagem por transformação de um mineral a outro, por ação retrógrada (Saxena 1982) e marcada pela reação:



7 - Conclusões

Os dados petrográficos e analíticos obtidos a partir de amostras coletadas, preparadas e analisadas de rochas representativas da interface anortosito/dolerito do Maciço Anortosítico de Potiraguá permitem concluir que efetivamente existiram uma série de efeitos transformativos das rochas anortosíticas portadoras dos diques doleríticos. Estes efeitos foram tanto de ordem reológica, onde existe as feições da ação de materiais em estado físico diferente, como de ordem geoquímica, com a transformação de minerais primários a outros secundários, sobretudo pela ação da força da hidratação. Estas transformações se deram em temperaturas e pressões inferiores àquelas da cristalização da massa anortosítica e provavelmente durante ou logo após a colocação dos diques de dolerito.

A proximidade geográfica e associação geológica local das rochas anortosíticas e doleríticas com corpos alcalinos mineralizados em bolsões de nefelina-sodalita explotáveis economicamente, de idade Brasileiro conduz a pensar a existência de relações entre os corpos, mesmo de idades presumidamente diferentes. Os efeitos hidrotermais transformativos das rochas da interface anortosito/dolerito poderiam ser a resposta da circulação dos fluidos hidrotermais, que aproveitariam as zonas de aberturas para melhor circulação, infligindo os efeitos transformativos sobre os minerais primários que se transformariam em minerais hidratados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, F.F.M. 1977. *O cráton São Francisco*. **Rev. Bras. Geoc.**, 7(4):349-364.
- ASHWALL, L.D. 1993. **Anorthosites**. Springer-Verlag, New-York-Berlin, 422p.
- BORDINI, R.M.; CRUZ, M.J.M. & SABATÉ, P. 1998. *O Maciço anortosítico Olívia, Potiraguá, Bahia*. **Anais do XL Congr. Bras. Geol. Belo Horizonte**, SBG, 1: 482.
- BORDINI, R.M.; CRUZ, M.J.M. & SABATÉ, P. 1999. *O maciço de Potiraguá no lineamento de intrusões gabro-anortosíticas do cinturão granulítico do Sul da Bahia (Brasil)*. **Espedididades Geológicas e Estruturais. Anais VII SNET**, Lençóis: 48-51.
- CRUZ, M.J.M.; SABATÉ, P.; BORDINI, R.M. & BARBOSA, J.F. 2000. *Contexte tectonique de la mise en place dos anorthosites dans les granulites transamazoniennes de Bahia (cráton de São Francisco), Brésil*. In: **Anais do 18 RST Soc. Gel. France**, Paris, Soc. Geol. France, 1: 229.
- CRUZ, M.J.M.; SABATÉ, P.; BORDINI, R.M. & FRÓES, R.T.B. 1999. *Afinidades geoquímicas dos corpos Gabro-anortosíticos da interface do bloco Jequié com o cinturão Itabuna/Costa Atlântica (cráton do São Francisco, Bahia, Brasil)*. **V Congresso de Geoquímica dos Países de Língua Portuguesa & VII Congresso Brasileiro de Geoquímica**, Porto Seguro, Bahia: 481-483.
- FIGUEIREDO, M.C.H. & BARBOSA, J.S.F. 1993. *Terrenos Metamórficos de Alto Grau do Cráton do São Francisco*. In: DOMINGUEZ, J.M.L. & MISI, A. O Cráton do São Francisco, **II Simp. Cráton São Francisco**, Publicação Especial. Salvador, SBG/SGM/CNPQ, 213 p. 99 il?.
- HAMMARSTROM, J.M. & ZEN, E. 1986. *Aluminium in hornblende: na empirical igneous geobarometer*. **American Mineralogist**. 71(1112): 1297-1313.
- HOLLISTER, L.S.; GRISSON, G.C.; PETERS, E.K.; STOWELL, H.H. & SISSON, V.B. 1987. *Confirmation of the empirical correlation of Al in hornblende with pressure of solidification of calc-alkaline plutons*. **American Mineralogist**. 72(34): 231-239.
- JOHNSON, C.E. & RUTHERFORD, M.J. 1989. *Experimental calibration of the aluminium-in-hornblende geobarometer with application to Long Valley caldera (California) volcanic rocks*. **Geology**. 17(9): 837-841.
- KLEIN, C & HURLBUT, Jr. 1993 **Manual of Mineralogy**, John Wiley et Sons. 681 p.
- LEAKE, B.E. 1997. *Nomenclature of amphiboles: Report of the Subcommittee on Amphiboles of the International Mineralogical Association, Commission on New Minerals and Mineral Names*. **American Mineralogist**, 82: 1019-1037.
- LINDSLEY, D.H. & ANDERSEN, D. J. (1983) *A two-pyroxene thermometer*. **J. Geophys. Res.**, 88, supplement, A887-A906.
- MARTIGNOLE, J. 1996. *Tectonic setting of anorthositic complexes of the Grenville Province Canada*. In Demaife, D. (Ed.). **Petrology and Geochemistry of magmatic suites of rocks in the continental and oceanic crusts**. A volume dedicated to Professor Jean Michot: 3-18, Université Libre de Bruxelles, Royal Museum for Central Africa (Tervuren).
- SABATÉ, P. & CRUZ, M.J.M. 1998. *Configuração estrutural e contexto dinâmico das intrusões gabro-anortosíticas no cinturão granulítico da Costa Atlântica (Cráton São Francisco, Bahia, Brasil)*. In: **Resumos do XL Congr. Bras. Geol.**, Belo Horizonte, SBG, 1: 19.
- SAXENA, S.K. 1982. **Kinetics and equilibrium in mineral reactions. Advances in Physical Geochemistry**. (Springer-Verlag. N.Y.-Berlin-Heidelberg-Tokyo). 273p.
- SCHMIDT, M.W. 1992. *Amphibole composition in tonalite as a function of pressure: an experimental calibration of the Al-in-hornblende barometer*. **Contribution in Mineralogy and Petrology**. 110(23): 304-310.
- WADSWORTH, W.J. 1985. *Terminology of postcumulus processes and products in the Rhum layered intrusion*. **Geol. Mag.**, 122 (5): 549-554.
- WELLS, P.R.A. 1977. *Pyroxene thermometry in simple and complex systems*. **Contr. Mineral Petrol.**, 62: 129-139.
- WOOD, B.J. & BANNO, S. 1973. *Garnet-orthopyroxene and orthopyroxene-clinopyroxene relations in simple and complex systems*. **Contr. Mineral Petrol.**, 42: 109-124.
- YAVUZ, F. 1998. **New Amphical. A program to classify microprobe wet chemical amphibole analyses**. P.K. 90, 81302. Kadıköy, Istanbul, Turkey.

Uma Análise Geográfica na Literatura Amadiana: o romance *Mar Morto* e a Geografia Humanística

Margarete Rodrigues Neves Oliveira*,
M^a Madalena Noronha* e Alesselma Pereira*

Orientadores: Maria Auxiliadora da Silva e Délio José Ferraz Pinheiro.

“Agora eu quero contar as histórias do cais da Bahia”.
AMADO (1969: 13)

O exercício da análise geográfica é sempre um exercício simultâneo e inseparável da descrição e da explicação, como apontava o prof. Milton Santos (1996). Ao exercitarmos a análise do espaço geográfico da cidade do Salvador representado na literatura, adotamos o método de descrição e explicação e a esses acrescentamos as contribuições teóricas e metodológicas resultantes das discussões realizadas no curso “*O Espaço Geográfico na Literatura*”, oferecido pelo Mestrado em Geografia da Universidade Federal da Bahia.

A obra escolhida para o exercício de análise espacial proposto, foi o romance *Mar Morto* do escritor baiano Jorge Amado. Publicado pela primeira vez em 1936, o livro conta da saga do mestre de saveiro Guma e de sua amada Lívia. Ambientado nos anos 30, esse romance mostra-se bastante contemporâneo, devido aos elementos geográficos e socioculturais ainda presentes na cidade do Salvador. Jorge Amado, de forma leiga¹, tece uma

*Mestrandas do Curso de Pós-graduação em Geografia. IGEO- UFBA.

**Professores do Mestrado em Geografia IGEO-UFBA

¹Palavra usada como sinônimo de ausência de visões particularistas e segmentada do mundo. SANTOS (1999)

análise crítica e romântica da realidade sócio-espacial da cidade da Bahia

Iremos analisar, a partir de categorias geográficas como forma, função, estrutura, processos, e do conceito de topofilia, o espaço geográfico da cidade do Salvador representado nesse clássico da literatura brasileira, que representa tão bem a intimidade das relações entre a literatura e a cidade, como defende SILVA E PINHEIRO (2000)². Porém reconhecemos as dificuldades de analisar os limites espaciais das paisagens descritas por Amado em *Mar Morto*, devido às interseções entre lugares e territórios concretos e abstratos, típicas à narrativa de ficção. Portanto, acompanhamos o pensamento de SILVA (1999) a respeito das dificuldades de estabelecer fronteiras para quem pretende desenvolver estudos sobre os limites geográficos na cidade do Salvador. Como se estabelecer, por exemplo, as fronteiras entre o que é e o que não é território de Yemanjá?

Mar Morto se passa numa Salvador em que o movimento na paisagem era mais lento e a cidade, segundo AMADO (1982), se dividia em duas. A primeira, a cidade Baixa, localizada entre o mar e o morro, era o espaço do grande comércio. A segunda, a cidade Alta, era essencialmente residencial. Assim, diante da diversidade dessa paisagem, faz-se necessária uma rápida análise do processo da evolução espacial da cidade do Salvador, para se entender a espacialidade na literatura amadiana.

O sítio da cidade foi escolhido em consideração a dois aspectos principais: defesa e acessibilidade. O segundo aspecto, a acessibilidade, determinará a função portuária e econômica que caracterizou o cais da baía de Todos os Santos. Salvador se caracterizava por apresentar uma forma³ compacta, com um sistema de quadrículas na área central, um crescimento de forma linear radioconcêntrica em direção às cumeadas VASCONCELOS (1994) e um tecido urbano frouxo, mas sempre flexível à generosidade do espaço. VASCONCELOS (1999). Posteriormente, o desenvolvimento dos meios de transporte favoreceu à expansão física, na forma de mancha de óleo SILVA (1991). A cidade não se constituía sob pressão humana, até 1890 era a 2^a cidade brasileira em importância, conhece uma estagnação demográfica dos anos de 1920 a 1940, apresentando um crescimento de 0,1% ao ano. VASCONCELOS (1994) e SILVA (1991). A população não tinha um grande deslocamento, e as relações pessoais ainda eram muito intensas.

A crise na agricultura de exportação, no fim do período colonial, inaugurou uma fase em que o dualismo da sociedade baiana se materializava nas formas da cidade. Aparece uma cidade "européia" moderna, resultante de fortes investimentos urbanos nacionais e estrangeiros, que recebe

² Texto introdutório do curso: *O Espaço Geográfico na Literatura - apostila*

³ Entendida na escala do conjunto da cidade a partir de seus elementos construtivos. VASCONCELOS (1994)

importantes reformas urbanas, embora nas áreas baixas ou periféricas da cidade mostrasse residências precárias e insalubres.

Salvador concentrava as funções e recursos do Estado. Sua função social era dividida em comércio de alimentação e de produtos atacadistas e varejistas. Para MATTOSO (1978), a estrutura hierárquica social se constituía de comerciantes, negociantes e vendedores ambulantes, revelando uma estratificação espacial de acordo com o circuito⁴ econômico a que serviam. Os mecanismos desenvolvidos para amenizar a situação dual da sociedade encontravam-se na solidariedade ou no trabalho exaustivo e pouco seguro, como o de mestre de saveiro. Diante das características geográficas e sociais apresentadas e analisadas, foi possível entender a espacialidade da cidade do Salvador que serviu de contexto para a trama e, a partir dessa base material, fazer uma análise à luz da Geografia Humanística do romance *Mar Morto* de Jorge Amado.

A estreita faixa de terra entre o mar e a montanha, bem como na frente do Mercado Modelo, o Cais, a Rampa do Mercado e a própria baía de Todos os Santos foram, entre outros, os cenários ou lugares da trama de *Mar Morto*. Acentua-se nas falas dos personagens, a consciência dos objetos e lugares que dimensionam as suas noções de espaço e as implicações que isto tem para a construção do sentimento de segurança e liberdade. Por exemplo: o espaço tem significado temporal na mística da exploração e no drama da vivência do dia-a-dia. Nesse sentido, SANTOS (1996: 256) nos inspira: "*As matrizes de trocas simbólicas se multiplicam, se diversificam e se renovam – vivendo-se aí a emoção e a ação numa co-presença.*"

Amado faz um recorte no espaço urbano soteropolitano onde habita uma população afro-descendente com estreita relação com o seu meio. Destaca a identidade do grupo que se dá, através de relações topofílicas: "*as pessoas atentam para aqueles aspectos do meio ambiente que lhes inspiram respeito ou lhes prometem sustento e satisfação no contexto das finalidades de suas vidas.*" TUAN (1980: 137). Este recorte pode ser visto como um "lugar⁵". Nesse sentido, o cais é um espaço que se constitui num "lugar".

O Mar adquire um caráter místico. A religião é, portanto, um elemento mediador para a construção da sua identidade com o mar. Há uma simbiótica relação homem / natureza / religião, criando, nessa perspectiva, um mundo pleno de mistérios, passíveis de serem recriados pela narrativa amadiana. Assim, a análise geográfica do romance, a partir da percepção, contemplará, especificamente, três elementos: o cais, o

⁴ Relembrando os conceitos de circuito superior e circuito inferior de SANTOS (1979)

⁵ Nessa perspectiva, como o centro ao qual atribuímos valor e onde são satisfeitas as necessidades biológicas de comida, água, descanso e procriação" TUAN (1983:4)

mar e a religião. Consideremos, agora, para fins de ilustração, alguns trechos do romance antecidos da análise dos principais elementos espaciais presentes na obra: o cais, o mar e a religião.

O cais é um lugar onde se identifica a segregação social e a religiosidade marcante, numa paisagem simbólica da classe pobre que “faz” a cidade do Salvador.

“...os meninos do cais não vão à faculdade. Vão para os saveiros e as canoas. Cantarão à noite e a voz de alguns é muito bela. Porém as canções são tristes como a vida que levam.” (p. 52)

A relação dos homens com o mar é dual. “O sentimento topofílico em relação a um elemento da natureza é proveniente do conhecimento deste e da garantia do sustento que ele dá, ou como locus de recreação.” TUAN (1980: 111).

“Narra com orgulho a morte corajosa dos mestres de saveiro que conheceu, cospe quando fala no nome de Ito, o que para se salvar deixou morrer quatro pessoas no seu saveiro. Cospe com nojo . Porque um saveiro nunca faz isso.” (p.160).

A religião permeia as práticas da população do cais, é exercitada de forma não institucionalizada, através de seres sobrenaturais, que se relacionam com os seres humanos, fazendo parte de um imaginário coletivo. Espaços concretos se mesclam com espaços abstratos. Para Jorge Amado, a religião preenche as lacunas deixadas pela ausência de melhores perspectivas socioeconômicas.

“Ele diz que é doce morrer no mar, porque irão encontrar a mãe-d’água que é a mulher mais bonita do mundo todo.” (p. 27).

Podemos concluir que a Salvador retratada, no romance, apresentava-se com paisagens e lugares diversos, plenos de significados e identidades próprias, graças às imbricações da cidade com a “hinterlândia” do Recôncavo, onde os meios marítimos e fluviais, servidos pelos saveiros e os seus mestres, que marcaram, por um longo período, a paisagem cultural da cidade da Bahia. Isso confere aos personagens sentimentos topofílicos por espaços e lugares que serão bastante explorados em *Mar Morto*. A cidade crescia e expandia-se fisicamente, definindo formas espaciais modernas e ampliando seus limites territoriais. Desenvolvia-se e de maneira peculiar, amortecendo as tensões internas a partir do estabelecimento de limites físicos entre a pobreza, da maioria da população, particularmente

do “povo do mar”, com sua forte religiosidade e espacialidade, e a “sociedade” baiana moradora da Cidade Alta, definindo uma paisagem geográfica culturalmente instigante e singular, cujas imagens e impressões foram percebidas por Jorge Amado e cristalizadas para sempre na forma do romance *Mar Morto*.

Este artigo presta uma pequena homenagem a dois ilustres intelectuais, o *prof. Milton Santos* e o *escritor Jorge Amado*, cidadãos do mundo e, sobretudo, cidadãos da cidade da Bahia. Os dois mestres descreveram e explicaram, como ninguém, as particularidades, contradições, solidariedades, riquezas e subjetividades do espaço. A cidade do Salvador e seu povo foram sem dúvida privilegiados na obra desse dois autores, pois foram por repetidas vezes objeto de suas atenções. A partida desses dois grandes pensadores deixa um grande legado às gerações presentes e futuras. Mas, deixa, também, um incontestável sentimento de perda e orfandade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMADO, J. *Mar Morto*. 20^a edição, São Paulo: Martins, 1969.
- _____. *Bahia de Todos os Santos: guia de ruas e mistérios*. Rio de Janeiro: Record, 1982.
- MATTOSO, K de Q. *A Cidade de Salvador e o Seu Mercado no Século XIX*. São Paulo: HUCITEC, 1978.
- SANTOS, M. *Os Deficientes Cívicos*. Folha Mais!. in: A Folha de São Paulo: 24 -01-1999.
- _____. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- SILVA, B. C. N. e. SILVA, S. B. de M e. *Cidade e Região no Estado da Bahia*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1991.
- SILVA, M. A. da. *A Evolução Urbana do Centro Histórico de Salvador e a Preservação da Continuidade Funcional do Bairro de Santo Antonio Além do Carmo*. in: *Novos Estudos de Geografia Urbana Brasileira*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 1999.
- _____. e PINHEIRO, D. J. F. *A Escrita das Cidades: texto introdutório do curso: O Espaço Geográfico na Literatura – apostila*. Salvador: Mestrado em Geografia, 2000.
- TUAN, Y. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: DIFEL, 1980.
- _____. *Espaço e Lugar*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1983.
- VASCONCELOS, P. de A. e SILVA, S. B. de M e. (org.). *Novos estudos de geografia urbana brasileira*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 1999.
- VASCONCELOS, P. de A. *Relações Internacionais e Transformações Urbanas em Salvador*. in: *O Novo Mapa do Mundo: Globalização e Espaço Latino-Americano*. São Paulo: HUCITEC-ANPUR, 1994.